

Sumário

Apresentação.....	5
Dedico esta obra.....	7
Prefácio.....	9
Capítulo 1 – Introdução ao conceito de privacidade.....	17
As primeiras definições.....	17
Conceito de privacidade no século 19.....	18
Contexto e Influências.....	21
Avanços tecnológicos vs. privacidade.....	24
Conceito de privacidade no século 20.....	29
Capítulo 2 – Introdução à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).....	39
Objeto tutelado.....	39
Fundamentos.....	40
Essência da LGPD.....	47
Aplicabilidade da LGPD.....	49
Exceções da aplicabilidade da LGPD.....	50
Capítulo 3 – Definições fundamentais.....	55
Dado pessoal.....	55
Dado pessoal sensível.....	56
Banco de dados.....	58
Titular de dados pessoais.....	59
Tratamento.....	62

Anonimização e Pseudoanonimização	64
Tratamento de dados pessoais de alto risco e larga escala.....	101
Incidentes de segurança da informação.....	109
Agentes de tratamento.....	126
Encarregado	136
Agência Nacional.....	154
Atribuições da ANPD	155
Resumo dos personagens da LGPD	156
Capítulo 4 – Princípios.....	159
Princípios norteadores da LGPD.....	159
Capítulo 5 – Hipóteses de tratamento dos dados pessoais.....	183
1. Consentimento.....	183
2. Obrigação legal e regulatória	192
3. Administração Pública	193
4. Estudos e órgãos de pesquisa.....	194
5. Execução de contrato	198
6. Exercício regular de direitos	199
7. Para proteção da vida	201
8. Tutela da saúde.....	202
9. Interesse legítimo.....	207
10. Proteção do crédito	210
Capítulo 6 – Dados pessoais de natureza pública.....	217
Capítulo 7 – Registro das operações de tratamento de dados pessoais.....	219
Capítulo 8 – Da responsabilidade e do ressarcimento de danos.....	227
I. Responsabilidade Objetiva	227
II. Responsabilidade Subjetiva.....	227
III. Responsabilidade Proativa.....	229

IV. Necessidade de demonstrar o dano.....	231
V. Aplicação ao agente de tratamento	232
VI. Aplicação ao encarregado de tratamento de dados	234
VII. Teoria da aparência.....	235
VIII. Ônus da prova	236
Capítulo 9 – Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público.....	239
Das Providências.....	242
Principais agentes de tratamento do Poder Público	245
Cartórios e serviços notariais	248
Considerações finais	249
Capítulo 10 – Transferência internacional de dados pessoais	251
Conceito de transferência internacional de dados pessoais	251
Conceito de transferência internacional de dados na LGPD (Art. 33)	252
Paralelo com a Resolução nº 19 da ANPD.....	253
Aspectos não regulamentados pela Resolução nº 19	254
Análise Crítica e Principais Contribuições da Resolução nº 19	254
Complementaridade entre o art. 33 da LGPD e a Resolução nº 19	257
Considerações finais quanto à transferência internacional de dados.....	257
Capítulo 11 – Direitos dos titulares.....	261
Fundamento Constitucional e Autodeterminação Informativa	261
Quais são os direitos dos titulares?	263
1. Confirmação da Existência de Tratamento.....	263
Natureza Jurídica e Finalidade.....	264
Forma, Prazo e Gratuidade	264
Relevância Prática e Riscos Envolvidos.....	265
Boas Práticas e Requisitos de Conformidade.....	265
Considerações Finais	266
2. Acesso aos dados	266

	Escopo do Direito	266
	Relevância e Conexão com Outros Direitos.....	267
	Forma, Prazo e Garantias	267
	Cuidados e Boas Práticas do Agente de Tratamento	267
	Considerações Finais	268
3.	Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados....	268
	Finalidade e Alcance	268
	Conexão com Outros Direitos	269
	Responsabilidades do Agente de Tratamento.....	269
	Boas Práticas e Cuidados Relevantes	269
	Considerações finais.....	270
4.	Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desneces- sários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD	270
	Finalidade e Aplicabilidade	270
	Relevância e Conexão com Outros Direitos.....	271
	Conceitos Fundamentais.....	271
	Deveres do Agente de Tratamento	271
	Boas Práticas e Governança.....	272
	Considerações Finais	272
5.	Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto	273
	Natureza Jurídica e Finalidade.....	273
	Condicionantes e Limitações.....	274
	Integração com Outros Direitos.....	274
	Deveres do Controlador	274
	Boas Práticas Organizacionais.....	275
	Considerações finais.....	275
6.	Eliminação dos dados tratados com o consentimento do titu- lar	275
	Fundamentos Jurídicos e Limitações Aplicáveis.....	276
	Relação com a Revogação do Consentimento.....	276
	Deveres do Controlador	276

	Riscos Operacionais e Boas Práticas	277
	Considerações Finais	277
7.	Informação sobre compartilhamento	278
	Finalidade e Importância.....	278
	Relação com os Demais Direitos dos Titulares	278
	Obrigações do Controlador	279
	Riscos Associados e Cuidados Necessários.....	279
	Boas Práticas para Garantia da Conformidade	280
	Considerações Finais	280
8.	Informação sobre a possibilidade de não fornecer consenti- mento e sobre as consequências da negativa	281
	Fundamentação e Escopo	281
	Relação com Outros Direitos e Princípios.....	282
	Deveres do Controlador	282
	Riscos e Cuidados.....	282
	Boas Práticas Recomendadas.....	283
	Considerações Finais	283
9.	Revogação do consentimento	284
	Natureza Jurídica e Efeitos da Revogação.....	284
	Integração com Outros Direitos	284
	Obrigações do Controlador	285
	Boas Práticas Recomendadas.....	285
	Considerações Finais	286
10.	Oposição ao tratamento	286
	Natureza e Finalidade	286
	Integração com Outros Direitos.....	287
	Deveres do Controlador	287
	Boas Práticas e Riscos Envolvidos	288
	Considerações Finais	288
	Instrumentalização e Resposta dos Agentes de tratamento	290
	Limites e Colisões de Direitos	291
	Conclusão	292

Capítulo 12 – ANPD – Penalidades e sanções administrativas.....	293
Fundamento Legal da Responsabilização	294
Critérios de Dosimetria (Resolução CD/ANPD nº 4/2023)	296
Atenuantes e Agravantes	297
A Publicização como Medida Pedagógica	298
Perspectivas de Aplicação e Governança	299
O Ministério Público e a Fiscalização da LGPD: Atuação Complementar à ANPD	299
Atribuições do Ministério Público no Contexto da LGPD	300
Diferença e Complementariedade entre a ANPD e o Ministério Público ...	301
Exemplos de Atuação Relevante do Ministério Público.....	302
Considerações finais da atuação do Ministério Público e ANPD	302
O Mercado como Agente Fiscalizador: A Fiscalização Privada na Cadeia de Tratamento de Dados	303
A Responsabilidade do Controlador e o Princípio da Responsabilização (Accountability).....	304
A Fiscalização Privada como Boa Prática de Governança	305
A Repercussão Contratual da (In)Conformidade	306
Considerações finais: papel fiscalizatório do mercado.....	307
O Fator Tridimensional da Fiscalização: Uma Aplicação Analógica da Teoria de Miguel Reale à Proteção de Dados	308
Referências bibliográficas	311